



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

**O PROCESSO DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE DOS ALUNOS
COM DEFICIÊNCIA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ - CAMPUS TERESINA
CENTRAL**

Amanda Júlia Dias Santos

*Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI)
Email: amandajulia6@hotmail.com*

Francisca Kamila de Oliveira Fontenele

*Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI)
Email: fkofontenele@gmail.com*

Luzia Áurea Bezerra Albano Barbosa

*Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI)
Email: aureaalbano@ifpi.edu.br*

Orientadora: Adriana Ferreira de Sousa

*Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI)
Email: adrianafs27@gmail.com*

Resumo: O paradigma da inclusão escolar reafirma o direito de todos a educação, no entanto a escola ainda sente dificuldades em oferecer um ensino que alcance as diferenças presentes em seu espaço, especialmente as compostas por alunos com deficiência. Atuar junto a alunos com deficiência requer, além de um novo olhar sobre o fazer educativo, uma estrutura que envolva desde os aspectos macros da educação, como políticas públicas, financiamento e gestão, até aspectos locais, como a dinâmica da própria escola, da sala de aula, da relação professor-aluno. O presente artigo, que faz parte de uma pesquisa mais ampla no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), apresenta uma das categorias investigadas na pesquisa que objetivou investigar as necessidades de acessibilidade dos alunos com deficiência e o uso da Tecnologia Assistiva como aparato pedagógico para a aprendizagem. A pesquisa foi realizada junto aos alunos do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) e a partir dos dados foi possível verificar muitos avanços no que diz respeito às respostas das necessidades específicas dos alunos com deficiência, mas a instituição ainda precisa avançar no que diz respeito às práticas pedagógicas, ao uso de recursos pedagógicos adaptados e à formação docente.

Palavras-chave: Inclusão, Acessibilidade, Tecnologia Assistiva.

INTRODUÇÃO

As diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva orientam os serviços da Educação Especial enquanto modalidade de ensino que inclui, além do Atendimento Educacional Especializado (AEE), serviços e recursos necessários ao processo de inclusão dos alunos com deficiência nas turmas regulares.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Conforme dados coletados no Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) no Campus Teresina Central tem um número aproximado de 40 alunos com deficiência que podem necessitar de algum tipo de adaptação ou recurso específico para desenvolver suas atividades acadêmicas e a Tecnologia Assistiva (TA) é a ferramenta capaz de garantir meios de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos com deficiência.

Diante deste público carente de ações específicas para responder as suas demandas, foi desenvolvida, no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) a pesquisa intitulada “A Tecnologia Assistiva como ferramenta de acessibilidade para os alunos com deficiência matriculados no IFPI Campus Teresina Central”, desenvolvida no período de 2015/2016, que teve como objetivo geral investigar as necessidades de acessibilidade dos alunos com deficiência e o uso da Tecnologia Assistiva como aparato pedagógico para a aprendizagem.

Uma das categorias desse estudo diz respeito ao perfil dos alunos e suas percepções acerca do trabalho desenvolvido pelo IFPI em resposta às suas necessidades específicas. Esta pesquisa se justificou pela necessidade de levantar dados referente aos alunos com deficiência matriculados, tais como, perfil, necessidades específicas, dificuldades, ações desenvolvidas, levantamento de recursos disponíveis e formação docente entre outras. Tais informações não estavam sistematizadas e pouco se sabia sobre os alunos com deficiência matriculados na instituição.

Nesse sentido, as possibilidades trazidas pela tecnologia assistiva, sejam elas de baixa ou de alta complexidade, são fundamentais para a inclusão escolar do aluno com deficiência e embora muitos destes recursos estejam disponíveis, o uso ainda acontece de maneira tímida. Conhecer e fazer uso de tais potencialidades é fundamental para promover ao aluno com deficiência as condições de acesso ao conhecimento e a uma vida funcional.

A tecnologia assistiva disponível (mas ainda não suficiente) pode ampliar as oportunidades de desenvolvimento dos alunos com deficiência, efetivando assim, sua inclusão. Esta pesquisa se propôs, a investigar respostas as questões que poderão indicar caminhos rumo a uma prática educativa em que seja possível oferecer oportunidades iguais de acesso, permanência e desenvolvimento aos alunos com deficiência.

Nos últimos anos, especialmente nesta última década, o Brasil vem intensificando as discussões sobre a Educação enquanto bem social garantido a todos. A Constituição Federal



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

ainda específica, em seu artigo 206, inciso I como um dos princípios da educação, a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, para todos, independente de sua condição socioeconômica, cultural, física ou qualquer outra característica individual. Esse direito expresso em lei também precisa ser reconhecido pela sociedade, uma vez as diferenças individuais nem sempre são respeitadas. Nesse sentido, Rabelo e Amaral (2003, p.209), afirmam que:

As pessoas consideradas diferentes (seja por sua cor, sua condição social, sua situação econômica, ou qualquer outra característica que as diferencie dos demais), passam pela discriminação e pelo preconceito, um obstáculo que as impede de exercer sua cidadania. Um processo inclusivo requer uma visão das pessoas, uma mudança de mentalidade, de forma que todos sejam respeitados independentemente de suas diferenças. (RABELO; AMARAL, 2003, p.209).

A situação relatada pelas autoras ilustra a realidade em que vivemos, e se configura como o principal entrave para a efetivação do princípio educacional inclusivo, uma vez um novo paradigma só se afirma quando é reconhecido pelo grupo social. Deste modo, “a reforma” necessária à concretização do princípio inclusivo envolve, além da reestruturação da escola tradicional e normalizadora, a valorização e o respeito das diferenças pela sociedade.

As conquistas de direitos das pessoas com deficiência foram fruto de uma longa jornada em que a negação de direito preponderou. Esse percurso passou pela exclusão total, em que as pessoas com deficiência sequer mereciam o direito ao convívio social, eram expostas a tratamentos cruéis ou até mesmo a extermínio; pela segregação, onde o isolamento em instituições era o máximo de atenção destinada a pessoa com deficiência através do assistencialismo voltado para o zelo e proteção social; até a proposta de integração, em que a pessoa com deficiência passa a ter acesso a escola comum mas em salas especiais e em salas comuns, desde se adequassem as mesmas. (RIBEIRO, 2010).

A escola regular é o espaço de aprendizagem mais indicado para o aluno com deficiência desenvolver suas habilidades e interagir com seus pares, mas até pouco tempo atrás, essa possibilidade era reduzida, uma vez que as escolas especiais eram o caminho mais comum para alunos com deficiência. Hoje, este panorama vem mudando gradativamente e a inclusão é uma realidade no contexto educacional.

Para efetivar este novo paradigma, mais do que garantir o acesso e a permanência do



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

aluno com deficiência, é necessário garantir meios de eliminar as barreiras que impedem a participação deste aluno nas situações de aprendizagens. Com vistas a contemplar as condições específicas do sujeito com deficiência, a Educação Especial, modalidade de ensino que perpassa

todos os níveis de ensino, engloba um conjunto de recursos educacionais (físicos, materiais e humanos) e de estratégias de apoio ao aluno com deficiência planejadas e executadas de acordo com as necessidades de cada um. (FÁVERO, 2007).

Atualmente, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), é um dos serviços da Educação Especial que vem se destacando como condição básica para a inclusão escolar, uma vez que o objetivo deste atendimento é identificar, elaborar, e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas (SEESP/MEC, 2008).

A concretização dos objetivos de AEE se dá através da atuação de professores capacitados, uma rede de apoio de serviços e a disponibilização de recursos específicos, chamados aqui de Tecnologia Assistiva, que de acordo com Sá (2006, apud BERSCH, 2007, p. 31),

devem ser compreendidas como a resolução de problemas funcionais, em uma perspectiva de desenvolvimento das potencialidades humanas, valorização de desejos, habilidades, expectativas positivas e da qualidade de vida, as quais incluem recursos de comunicação alternativa, de acessibilidade ao computador, de atividades da vida diária, de orientação e mobilidade, de adequação postural, de adaptação de veículos, órteses e próteses, entre outros. (SÁ, 2006, apud BERSCH, 2007, p. 31).

Ao compreendermos a dimensão que a tecnologia assistiva traz consigo, é possível identificar que o que a escola classifica muitas vezes como limitação provocada pela deficiência, se trata de limitações de acessibilidade. E neste caso os papéis se invertem: o que antes era considerado uma “falha”, “falta” ou “incapacidade” do aluno com deficiência, é na verdade uma limitação da escola, que não garante meios de acesso ao conhecimento do aluno.

Diante do exposto, é importante ressaltar que embora a tecnologia assistiva de caráter educacional, desenvolvidas para o aluno com deficiência são planejadas e desenvolvidas junto ao Atendimento Educacional Especializado, a funcionalidade dos recursos requer a característica multidisciplinar que envolve, além do usuário e do professor, a família e profissionais de diversas áreas, como fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas e psicólogos. (BERSCH, 2007).



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

As diversas áreas do conhecimento planejam e criam todo um arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com limitações provenientes de algum tipo de deficiência e conseqüentemente promover vida independente e inclusão.

O serviço de TA na educação, portanto, busca resolver as dificuldades dos alunos, encontrando alternativas para que estes participem e atuem positivamente nas várias atividades propostas e nos diversos espaços de convívio educacional e até social.

Discutir o tema, contudo, é de extrema importância na área de Educação, pois além da formação dos professores, as novas tecnologias têm se tornado um elemento fundamental para a inclusão das pessoas com deficiência.

A Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva defende que a intervenção da tecnologia assistiva em contexto educacional se efetiva nas Salas de Recursos Multifuncional através do AEE, não restringindo-se aos recursos tecnológicos em si, mas implicando uma ação educacional que promove a autonomia, a independência no exercício de atividades e a inclusão dos alunos com deficiência.

A escola, ao se propor a desenvolver tecnologia, busca com criatividade, uma alternativa para que o aluno realize o que deseja ou precisa, valorizando o seu jeito de fazer e aumentando suas capacidades de ação e interação, a partir de suas habilidades. Envolver o aluno ativamente, desafiando-o a experimentar e conhecer, permitindo assim que construa individual e coletivamente novos conhecimentos. Isso retira o aluno o papel de espectador e atribuir-lhe a função de ator (BERSCH, 2007).

Diante do exposto, fica evidente a necessidade da formação continuada para o professor de AEE que encabeça o serviço de TA na escola, bem como para o professor da sala regular que faz uso dos mesmos em sala de aula para promover a aprendizagem. A complexidade dos saberes necessários à atuação dos professores requer um modelo de formação que fuja da prática transmissora e uniforme, descontextualizada.

É importante ressaltar que para que o professor faça uso da TA no contexto educacional, de forma significativa e potencial, esta precisa ser planejada e analisada cuidadosamente, visando a sua plena funcionalidade. Nesse sentido, outro fator imprescindível é o trabalho colaborativo que envolve, além do usuário e do professor, a família e profissionais de diversas áreas, como fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas e psicólogos (BERSCH, 2007).

METODOLOGIA

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



A pesquisa, enquanto ação reflexiva e sistemática possibilita a análise da realidade em torno de fatos, dados, reações ou leis nas diversas áreas do conhecimento (MARCONI; LAKATOS, 2010). Em Educação, a pesquisa deve se configurar como uma prática cotidiana, uma vez que a natureza da ação educativa requer a atividade ação-reflexão-ação. Demo (1996, p.34) confirma tal prerrogativa na medida em que qualifica a pesquisa como atividade cotidiana, uma atitude, um “questionamento sistemático crítico e criativo, a intervenção competente na realidade, ou o diálogo crítico permanente com a realidade em sentido teórico e prático”.

A intenção do estudo é participar da realidade investigada, identificar e descrever os dados considerados complexos para então compreender e analisar os processos relacionados a inclusão dos alunos com deficiência. Percebemos, portanto, a necessidade, de conhecer o campo de pesquisa, uma vez que para levantar hipóteses, analisar e interpretar o objeto deste estudo é preciso contato direto com o sujeito que necessita da ferramenta.

Envolvemos nesta etapa da pesquisa, na qualidade de participantes, alunos com deficiência matriculados neste Instituto, usuários ou potenciais usuários de recursos de TA, identificados aqui como ALUNO A, ALUNO B, ALUNO C, ALUNO D e ALUNO E, uma vez que estes são os principais atores, no que se refere a idealização, confecção e uso das tecnologia no contexto educacional.

Como instrumento de coleta de dados desta pesquisa, utilizamos técnicas que viabilizaram a inferência das informações necessárias ao estudo, as quais citamos: aplicação de questionários e entrevistas. Cabe ressaltar que estes instrumentos utilizados são indispensáveis para a realização desta pesquisa, pois nos identificar o problema, análises suas variáveis, propor as soluções e indicar um plano de trabalho voltado para responder as necessidades identificadas.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

O presente trabalho foi realizado através de pesquisa qualitativa, mediante entrevista com alunos com deficiência do Instituto Federal do Piauí. Foram entrevistados um total de cinco alunos, sendo um aluno surdo, dois com cegueira, um com baixa visão, e um com deficiência física.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Dos cinco entrevistados, quatro cursaram o ensino fundamental e médio em escolas públicas ou filantrópicas. Dois cursam o ensino superior (Licenciatura), e três cursam o ensino médio na modalidade integrado ou subsequente.

O ingresso destes alunos em cursos superiores é um uma exceção dentro de um percurso majoritariamente marcado pela exclusão. O histórico de escolarização das pessoas com deficiência que foi, e ainda é marcado pela negação de direitos básicos, é uma realidade ainda muito presente e o acesso ao ensino superior ainda é um panorama pouco constante nas instituições de ensino. (RIBEIRO, 2010).

Quanto ao auxílio financeiro, dois alunos recebem Benefício Permanente do Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social, previsto na Política de Assistência Estudantil – POLAE do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, dois recebem Benefício de Prestação Continuada (BPC) da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC/LOAS) que garante um salário mínimo mensal ao idoso acima de 65 anos ou ao cidadão com deficiência física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo, que o impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas, e um aluno não possui benefício.

Em relação às necessidades específicas um aluno conta com o auxílio de intérprete, pois utiliza Libras na comunicação, o que já está sendo atendido; dois necessitam de recursos de gravação de voz, uso de braille, programas de leitor de tela e específicos; e apenas um citou o uso de material escrito em braille. Os alunos, no período de realização da pesquisa contavam com auxílio de monitores, a fim de acompanhá-los na realização das atividades em sala, como a escrita de exercícios e a leitura de textos em provas e atividades.

Tanto o recebimento de benefício quanto o apoio de intérpretes e monitores evidenciou um conhecimento das políticas que asseguram os direitos das pessoas com deficiência por parte dos entrevistados no âmbito educacional, uma vez que a própria Constituição Federal reconhece como princípio da educação, a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, para todos, independente de sua condição socioeconômica, cultural, física ou qualquer outra característica individual (BRASIL, 1988). Para estes alunos, o que garante as condições de igualdade são os apoios específicos que respondem as necessidades provenientes da deficiência.

Na entrevista realizada, investigamos a percepção dos alunos quanto à acessibilidade arquitetônica do prédio. Percebemos que os alunos queixam-se de diversos aspectos que não estão adequados, como por exemplo, inclinação de rampas inadequadas, ausência de piso tátil, direcional e soleiras elevadas. Além disso, também foi



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

citado a inacessibilidade da biblioteca e de outros espaços coletivos, e nesse sentido os alunos apontam a necessidade de, entre outros, realizar rebaixamento dos balcões e identificar com letreiros os espaços da instituição, pois estas limitações de acessibilidade física limitam a livre circulação dos alunos.

Esta realidade articula-se com o pensamento de Fávero (2007) que destaca a necessidade de se pensar em formas de atender ao aluno com deficiência em suas especificidades, sejam elas no processo de ensino aprendizagem ou na eliminação de barreiras que impedem a plena participação do aluno no espaço escolar.

Outro aspecto da pesquisa levantado junto aos alunos diz respeito às dificuldades educacionais desencadeadas pela falta de recursos pedagógicos adequados para apoio a aprendizagem, que para alguns alunos, é fundamental no que diz respeito ao acesso, compreensão e construção de conceitos.

Sabemos que o Atendimento Educacional Especializado deverá ser, na instituição, o serviço que garanta o desenvolvimento de um arsenal pedagógico específico para as demandas do alunado com deficiência. O professor da sala regular poderá participar deste processo ativamente, mas os profissionais da Educação Especial devem encabeçar este serviço. Nos casos investigados, podemos considerar que os objetivos de AEE não estão sendo atendidos de certa forma, uma vez que não estão sendo disponibilizados para estes alunos recursos específicos (TA) que de acordo com Sá (2006, apud BERSCH, 2007), proporcionam a resolução de problemas funcionais, em uma perspectiva de desenvolvimento das potencialidades humanas, valorização de desejos, habilidades, expectativas positivas e da qualidade de vida.

Ainda sobre os aspectos pedagógicos e de aprendizagem, três alunos citaram um ponto em comum: a dificuldade em conteúdos da área lógico matemática. Os mesmos possuem deficiência visual e essas dificuldades são acentuadas por conta da natureza desta ciência, que requer a abstração em suas representações.

Percebemos então, a importância de recursos pedagógicos adaptados para garantir o acesso do aluno ao conteúdo. Sá (2006, apud Bersch, 2007) reconhece como uma categoria de tecnologia assistiva, os recursos pedagógicos adaptados que buscam resolver as dificuldades dos alunos para que estes participem de todas as atividades educacionais garantindo assim, sua aprendizagem.

Outra necessidade específica apontada foi a dificuldade de aprendizagem em disciplinas de leitura. Tais aspectos foram levantados por uma aluna com surdez. Sabemos que a Língua Portuguesa na modalidade escrita é uma



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

das dificuldades mais comuns para este público. Portanto, é necessária a adoção de estratégias metodológicas adequadas.

Nesse aspecto, também se faz necessária a prática de diversificada que respeite as características linguísticas da pessoa surda, mas ao mesmo tempo permita, a aprendizagem da língua escrita formal. No caso da aluna com surdez, uma apresentação de slides com mais figuras, esquemas, mapas conceituais e menos textos, utilização de vídeos/documentários com legenda, entre outros são recursos e estratégias que podem contribuir para a sua aprendizagem.

Ainda como dificuldade de aprendizado foi apontado pelos alunos, a atuação dos professores diante das necessidades específicas. Dois alunos apontaram que os professores tentam ajudar, mas que a falta de recursos dificulta o processo. Para ilustrar este aspecto, trazemos aqui a fala de um aluno sobre a dificuldade dos professores:

[...] os professores na verdade fingem que entendem a questão da deficiência, mas já informei sobre minhas dificuldades por conta da deficiência e eles dizem: tudo bem eu entendo, mas na aula seguinte fazem do mesmo jeito[...]

(ALUNO C)

Sobre isso vale lembrar a afirmação de Sá (2006, apud BERSCH, 2007), que afirma que a concretização dos objetivos da inclusão se dá através da atuação de professores capacitados, uma rede de apoio de serviços e a disponibilização de recursos específicos. Não será somente o recurso, mas principalmente a metodologia adequada a ser adotada, e é papel do professor realizar essa transposição.

O uso de recursos adaptados visando a garantia de acessibilidade ao conhecimento para os alunos ainda é restrito por motivos mais variados: falta de conhecimento do público usuário a respeito das tecnologias disponíveis, falta de orientação aos usuários pelos profissionais da área de reabilitação e educação, alto custo, carência de produtos no mercado e até a questão de estigma, pois a aparência de muitos recursos pode focar apenas as deficiências e não as eficiências. Além disso, o modelo de formação de professores, e a inexistência de cursos de formação continuada não os preparam para o atendimento de pessoas com deficiência



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

O professor deve buscar envolver o aluno ativamente, desafiando-o a experimentar e conhecer, permitindo assim que construa individual e coletivamente novos conhecimentos. Isso retira o aluno o papel de espectador e atribuir-lhe a função de ator (BERSCH, 2007).

Ao serem questionados sobre a forma como os colegas contribuem, as respostas foram unânimes em citar a disposição dos companheiros em auxiliar, tanto em sala de aula, como nos demais espaços da instituição. Entretanto dois alunos apontaram que essa ajuda era mais evidente no início, e que com o passar do tempo e com a chegada do monitor ocorreu um distanciamento entre eles e os demais colegas. Isso porque, segundo um dos entrevistados:

[...] Agora que temos os nossos monitores, os demais colegas querem focar mais nos estudos, não querem mais perder tempo ajudando, até porque já temos intérprete/monitor... Então a questão da ajuda diminuiu muito[...]
(ALUNO D)

Sobre esta questão, o profissional de apoio, dependendo da sua postura e forma de atuação pode ser um agente de exclusão ou inclusão. Sua atuação deve ser compatível com um instrumento humano de acessibilidade, sem que isso interfira na relação do aluno com deficiência e seus pares de sala de aula. A relação aluno-aluno, aluno-professor deve ser direta e estimulada constantemente ou mediada somente quando necessário.

Discutir os conteúdos, realizar atividades conjuntas, esclarecer dúvidas e manter relações de amizade e companheirismo são características de toda sala de aula e o aluno com deficiência também deve se beneficiar destes momentos. Para tanto, um processo inclusivo requer uma mudança de mentalidade, de forma que todos sejam respeitados independentemente de suas diferenças. (RABELO; AMARAL, 2003).

É possível identificar um avanço no que diz respeito à inclusão dos alunos com deficiência, assim como amarras de proporções variadas. O fato que se constata através do retorno dos alunos é que a instituição precisa se organizar para traçar ações voltadas para garantir a inclusão dos seus alunos. O primeiro passo seria conhecer mais detalhadamente quem é este aluno e que especificidades os mesmos apresentam.

CONCLUSÕES



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

A inclusão do aluno com deficiência é um desafio a ser vencido em todos os níveis de educação e incluir com qualidade é tarefa de todos, uma vez que por em prática as ações que garantam ao aluno a acessibilidade na escola envolve diversos atores.

Para que a inclusão escolar de alunos com deficiência ocorra é necessário assegurar a dinâmica de sala de aula, com metodologias que atendam às especificidades de todos os alunos, que efetivem o processo de ensino-aprendizagem; recursos pedagógicos de acessibilidade e políticas de inclusão consistentes pautadas no potencial dos sujeitos.

Disseminar esta área do conhecimento também se faz necessário, pois a falta de informação sobre acessibilidade e tecnologia assistiva acarreta prejuízos significativos para a inclusão dos que necessitam delas. Discutir o tema, contudo, é de extrema importância na área

de Educação, pois além da formação dos professores, a acessibilidade e a tecnologia assistiva têm se tornado elementos críticos para a inclusão das pessoas com deficiência. E é nesse sentido que a produção científica de aportes teóricos que credenciem a importância desses recursos se faz necessária.

Verificamos que do ponto de vista prático, a inclusão efetiva dos alunos ainda não se concretiza nas práticas em sala de aula realizado pela maioria dos professores e a falta de formação específica é o argumento mais presente em todas as falas.

Concluimos que é necessário desenvolver ações com vistas à formação dos professores para que estes possam realizar um trabalho pautado nas necessidades específicas de seus alunos, visando o seu desenvolvimento integral. Pois estes só poderão conduzir esta tarefa se estiverem munidos dos conhecimentos necessários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERSCH, R. C.R. **Atendimento educacional especializado: deficiência física**. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva**. Grupo de Trabalho da Política

Nacional de Educação. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

DEMO. P. **Pesquisa e construção do conhecimento**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

FÁVERO, E. A. G.; PANTOJA, L. M. P.; MANTOAN, M. T. E. **Atendimento Educacional Especializado: Aspectos legais e orientações pedagógicas.** Brasília: MEC/SEESP, 2007.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2010.

RABELO, A. S.; AMARAL, I. J. L. A formação do professor para a inclusão escolar: questões curriculares do curso de Pedagogia. In: LISITA, V. M.; SOUSA, L. F. **Políticas educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

RIBEIRO, L. G. **Manual de direitos da pessoa com deficiência.** São Paulo: Verbatim, 2010.